

Estabilidade Macroeconômica e Crescimento Sustentado

Márcio G. P. Garcia¹
Departamento de Economia – PUC-Rio

Nosso país é notoriamente carente de instituições. Entre nós, geralmente, tudo dura pouco. Instituições que funcionam bem e que têm mais de algumas décadas são, infelizmente, casos raros. Políticas e diretrizes de longo prazo tendem a vigor por períodos curtos, impedindo que as políticas eventualmente bem concebidas possam render os frutos de longo prazo que as motivaram.

Até o Plano Real, a macroeconomia era o nosso calcanhar de Aquiles. Até junho de 1994, a política fiscal restringia-se a adiar despesas, corroendo-as com a inflação alta. Os recursos nominais concebidos para financiar uma ponte inteira em janeiro, quando finalmente desembolsados em dezembro, construía apenas meia ponte. Isto garantia o equilíbrio fiscal, mas comprometia o crescimento, pois uma ponte inacabada não tem qualquer utilidade! A política monetária sob megainflação cingia-se a impedir a dolarização, propagando a inércia inflacionária e referendando todos os aumentos da inflação. A política cambial era um *crawling peg*, que mantinha o câmbio real constante, ajudando a propagar para o futuro a inflação passada. O agravamento da crise megainflacionária gerou a necessidade e a oportunidade de mudar a base de nossa política macroeconômica. A estabilidade macroeconômica, representada principalmente pela baixa inflação, passou a ser uma bandeira política.

Hoje, as políticas macroeconômicas são compatíveis com a retomada do crescimento sustentado. A política fiscal, ainda que carente de uma urgente reforma tributária, está hoje alicerçada na lei de responsabilidade fiscal. Esta, ainda recém-nascida, já conseguiu entregar um inédito superávit fiscal de estados e municípios em um ano eleitoral. A política monetária, ainda que carente da necessária autonomia operacional do Banco Central, está baseada no mais moderno arcabouço, o sistema de metas de inflação. Embora ainda não tenha saído dos cueiros, o *inflation targeting* brasileiro conseguiu atingir suas metas nos seus dois primeiros anos (incompletos) de vida. O sistema financeiro brasileiro hoje é muito mais sólido, o que também se constitui em uma pré-condição para servir como suporte ao crescimento. Muitos desafios persistem, como o de reduzir tanto a taxa real de juros básica quanto as ainda pantagruélicas taxas cobradas pelos bancos em seus empréstimos. A política cambial provê a flexibilidade necessária para impedir os ataques especulativos que ainda aterrorizam muitos países, notadamente a Argentina.

Mas a estabilidade é como a saúde: quando se tem, não se presta a mínima atenção. Como já foi dito: a estabilidade não é tudo, mas, sem ela, tudo é nada. É mister crescer e iniciar o pagamento de nossa imensa dívida social. O que mais se pode fazer para promover o crescimento econômico sustentado (de longo prazo)?

¹ Márcio Garcia, PhD por Stanford, é diretor do departamento de Economia da PUC-Rio (<http://wwwusers.rdc.puc-rio.br/mgarcia/>).

Sugere-se apressar a retomada do crescimento via o recurso a políticas setoriais, políticas de estímulo à exportação, subsídios a setores que gerem empregos e outras políticas com alvos específicos? Tudo isso já foi tentado no passado, tendo boa parte dessas políticas sido responsável pelo desequilíbrio fiscal, pela falta de competitividade e pela baixa produtividade de nossa economia.

Os proponentes de tais iniciativas dizem que elas não ameaçarão o equilíbrio fiscal, e que serão compatíveis com as regras da Organização Mundial do Comércio, mas não as definem com precisão. Assim, eles tornam-se devedores de uma prova detalhada de que tais iniciativas de fato não ameaçarão a base da tão duramente conseguida estabilidade. Por outro lado, na medida em que tais iniciativas gerem despesas públicas, é indispensável que os benefícios das mesmas sejam cotejados com os dos demais gastos públicos, notadamente daqueles referentes à educação e à saúde, os quais, além de seu alcance social, têm notórios efeitos positivos sobre o crescimento econômico sustentado.

Em suma, no terreno macroeconômico, políticas consistentes com o crescimento sustentado são plantinhas ainda muito jovens, que podem se tornar altas e frondosas árvores, mas podem também ser levadas pela enchente ou morrer na seca. Se de fato quisermos que o país cresça e diminua sua dívida social nas próximas décadas, é indispensável não reproduzirmos o velho e mau hábito nacional de abandonar as políticas de longo prazo exatamente quando começariam a fazer efeito.